



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Anexo III/Exhibit III

Condições obrigatórias para contratação/Mandatory conditions for contract

1. Da Regularidade Jurídica:

1.1. Registro comercial, para empresa individual;

1.2. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, para as sociedades empresariais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado dos documentos comprobatórios de eleição de seus administradores;

1.3. Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades simples, acompanhada de prova do registro da ata da eleição da diretoria em exercício (Registro Civil de Pessoas Jurídicas);

1.4. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

2. Da Regularidade Fiscal e Trabalhista:

2.1. Prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

2.2. Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual (Certidão de Débitos Tributários Insritos na Dívida Ativa) e Municipal (Certidão de Tributos Mobiliários) do domicílio ou sede do proponente, ou outra equivalente na forma da Lei;

Observação: No caso de isenção ou não incidência dos impostos devidos à Fazenda Estadual ou Municipal, o proponente deverá atestar tal fato sob as penas da lei, em declaração formal subscrita por seu representante legal.

2.3. Certidão de Regularidade de Débito Relativos aos Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, inclusive as contribuições sociais previstas na Lei nº 8.212/1991;

1. Legal Good Standing:

1.1. Commercial registration, for sole proprietorship;

1.2. Organizational documents, articles of incorporation or articles of organization in force, for companies, and, in the event of corporations, these documents shall accompany the documents supporting the election of the Board of Directors;

1.3 Enrollment of the organizational documents and, in the event of limited liability company, such documents shall accompany the proof of the registration of the minutes of the meeting that elected the acting Board of Directors (Civil Registry of Legal Entities);

1.4 Decree of authorization for foreign company or corporation operating in the country and act of registration or authorization for operation issued by a competent body, when the activity so requires.

2. Tax Good Standing:

2.1. Proof of enrollment with the Individual Taxpayers' Register of the Ministry of Finance (CPF/MF) or enrollment with National Corporate Taxpayers' Register of the Ministry of Finance (CNPJ/MF);

2.2. Proof of regularity with the State Tax Department (Certificate of Tributary Debts Subscribed in the Active Debt) and Municipal (Certificate of Real Estate Tax) of the domicile or headquarters of the proponent, or another equivalent in terms of Law;

Note: In case of exemption or non-incidence of the taxes owed to the State or Municipal Tax Department, the proponent shall testify such fact under penalties of law, in a written statement signed by its legal representative.

2.3. Certificate of Debt Regularity Regarding the Federal Tax Credit and the Active State of the Union Debt, including the social contributions foreseen in Law nº 8.212/1991;



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

2.4. Prova de regularidade para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, expedida pela Caixa Econômica Federal;

2.5. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas ou de Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com efeito negativo, nos termos do artigo 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho (Decreto-Lei n.º 5.452/1943).

3. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

3.1. A licitante deverá apresentar carta elaborada em papel timbrado e subscrita por seu representante legal que demonstre a capacidade técnica da empresa em executar o contrato, em especial, abordando os seguintes pontos: instalações, equipamentos, tecnologia, mão de obra qualificada e aporte financeiro.

4. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

4.1. Prova de regularidade econômico-financeira, por meio de Certidão Negativa de Falência, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial expedida no domicílio da pessoa física.

5. DILIGÊNCIAS E CADASTROS CONSULTADOS

5.1. A Administração poderá realizar diligências para confirmar que a interessada está em situação regular e preenche os requisitos exigidos para contratação

5.2. A Administração consultará o Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de órgãos e entidades estaduais – CADIN ESTADUAL e o cadastro de sanções administrativas no âmbito estadual – www.sancoes.sp.gov.br, sendo que a exigência de registro em nome da proponente constitui impedimento para celebração do contratado.

2.4. Proof of regularity with the Severance Indemnity Fund for Employee – FGTS, issued by the Federal Savings Bank;

2.5. Proof of the nonexistence of debts defaulted before the Labor Courts, by presentation of the Certificate of Labor Debts or Positive Certificate of Labor Debts with negative effects, under the terms of article 624-A of the Consolidation of the Labor Law (Decree-Law n.º 5.452/1943).

3. TECHNICAL QUALIFICATION

3.1 The bidder should submit a letter drafted on letterhead and signed by its legal representative who demonstrates the ability of the company to execute the contract, in particular concerning the following points: facilities, equipment, technology, skilled labor and financial support.

4. ECONOMIC AND FINANCIAL QUALIFICATION

4.1 Proof of economic and financial regularity through Certificate Bankruptcy and Concordat, issued by the distributor of the juridical person's head office, or patrimonial execution issued in the natural person's domicile.

5. DILIGENCES AND CONSULTED CADASTRE

5.1. The Administration may perform diligences in order to confirm that the interested part is in regular situation and meets the requirements imposed for hiring.

5.2. The Administration will consult the Informative Register of the Non-Settled Credits of organs and state entities – State CADIN and the administrative sanctions cadaster in state scope - www.sancoes.sp.gov.br, wherein the register requirement on behalf of the proponent constitutes an impediment for celebrating the agreement.



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

OBSERVAÇÕES:

- i. As empresas estrangeiras que não funcionem no País, tanto quanto possível, atenderão, às exigências dos parágrafos anteriores mediante documentos equivalentes, autenticados pelos respectivos consulados e traduzidos por tradutor juramentado, devendo ter representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente.
- ii. Para que um documento proveniente do exterior, que contenha assinatura, seja aceito neste procedimento é necessária a legalização do original pela Autoridade Consular brasileira no país de origem e, quando escritos em língua estrangeira, deverão ser acompanhados da tradução para a língua portuguesa, a qual deverá ser feita obrigatoriamente no Brasil, por tradutor juramentado.
- iii. A legalização se fará por reconhecimento de assinatura de uma autoridade da Chancelaria local, ou de notário público, os quais devem ter, preliminarmente, reconhecido a firma do signatário.
- iv. Os itens que não puderem ser atendidos por força de legislação específica do país de origem da licitante ou que não apresentarem equivalência em relação à legislação brasileira deverão constar em declaração da empresa informando a impossibilidade de atendimento aos mesmos, conforme modelo constante do Modelo abaixo. A exceção da apresentação dos documentos equivalentes não comporta a documentação relativa à qualificação econômico-financeira e qualificação técnica.

REMARKS:

- i. Foreign companies not operating in the Country, to the possible extent, shall meet the requirements referred to in the prior paragraphs, by submitting equivalent documents, certified by the respective consulates and translated by a certified translator, and shall be legally represented in Brazil, with express authority to receive service of process and to be administratively or legally liable.
- ii. For a signed foreign document to be accepted in this procedure it is required to certify its original version by the Brazilian Consular Authority in the country of origin and, when such document is written in foreign language, it shall be accompanied by a translated version in Portuguese, which shall be done in Brazil by a certified translator.
- iii. The legalization shall occur upon recognition of the signature of a local Chancery Authority or a Notary Public. The documents shall previously have their signatory's signature recognized.
- iv. Items that cannot be met by virtue of specific legislation of the country of origin of the bidder or that are not equivalent to the Brazilian legislation shall have a statement of the company, informing the impossibility to meet such requirements, as set forth in the Model below. The exception of submission of equivalent documents does not include the document supporting the economic and financial standing and the technical qualification.



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

DECLARAÇÃO DE IMPOSSIBILIDADE DE ATENDIMENTO STATEMENT OF IMPOSSIBILITY OF COMPLIANCE

Comunicado de Licenciamento nº

Notice of License No.

(razão social), sediada

(trade name), with its principal place of business at

(endereço completo), por seu representante infra-assinado, **declara** sob as penas da lei, que os documentos de habilitação abaixo listados, exigidos no Comunicado de Licenciamento nº

(full address), by its undersigned representative, **states**, under penalty of law, that the qualification documents listed below, as required in the Notice

, não possuem equivalência em seu país.

of License No. , do not have equivalent documents in its country of origin.

Item do Comunicado de Licenciamento	Documentação exigida no Comunicado de Licenciamento
<input type="text"/>	
<input type="text"/>	
<input type="text"/>	

Item of the Notice of License	Documentation required in the Notice of License
<input type="text"/>	
<input type="text"/>	
<input type="text"/>	

(razão social) **declara**, ainda, estar ciente não só da responsabilidade civil e criminal decorrentes da inveracidade das informações acima prestadas, como também das sanções administrativas e penais a que está sujeita no Brasil, caso o teor deste instrumento não seja condizente com a situação real.

(trade name) also **states** to be aware not only of the civil and criminal liability for the inaccuracy in the provision of the aforesaid information, but also of the administrative and criminal sanctions to which the company is subject in Brazil if the tenor of this document is not in line with the real situation.

Local e data

Place and date

Representante legal

Legal Representative



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO